



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9503 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O MEIO RURAL: O CASO DO FECHAMENTO DO EMITEC.

Inaiara Alves Rolim - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Elis Cristina Fiamengue - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESB

DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O MEIO RURAL: O CASO DO FECHAMENTO DO EMITEC.

Resumo: Este artigo é o recorte de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que se assentou numa proposta de estudo do Ensino Médio no campo com Intermediação Tecnológica - EMITec, tendo como pano de fundo as expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural de Serra do Ramalho – BA. Os participantes foram as professoras mediadoras, os jovens estudantes, a direção da escola do campo do município de Serra do Ramalho – BA, onde EMITec funciona e a coordenadora do referido programa. A pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, seguindo os passos da pesquisa participante, visto que integro o quadro de funcionários da escola. Para a geração dos resultados foram utilizadas a entrevista semiestruturada, o diário de campo, a análise documental e a observação direta. Essa investigação revelou que o descaso histórico com a educação do campo tem provocado, como exemplo, o fechamento do EMITec na comunidade onde aconteceu a pesquisa. Esse fato tem causado desafios para esses estudantes continuarem estudando, pois precisam percorrer longos trajetos até a outra escola, e acarretado a desistência de muitos jovens em estudar.

Palavras-chave: Ensino Médio no Campo; Fechamento do EMITec; Intermediação Tecnológica; Juventude Rural; Políticas Educacionais.

Introdução

Este artigo é o recorte de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que se assentou numa proposta de estudo do Ensino Médio no campo com Intermediação Tecnológica - EMITec, tendo como pano de fundo as expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA.

O Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec é um programa do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Educação, que oferta o Ensino médio por meio da utilização de recursos tecnológicos. Criado em 2011 esse programa apresenta como objetivo central o atendimento a jovens e adultos que residem em localidades distantes, ou de difícil acesso, de centros de ensino e aprendizagem onde há oferta de Ensino Médio

regular e que não possuem profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino. Utilizando serviços de comunicação multimídia com som e imagem, transmitindo as aulas via satélite, a matriz do programa apresenta como metas a conclusão do Ensino Médio, a inclusão social e o prosseguimento nos estudos.

Essa reflexão parte do entendimento de que o descaso histórico com a educação campesina tem provocado a falta de efetivação de políticas públicas educacionais para o povo do campo, como exemplo o fechamento do EMITec na comunidade onde aconteceu a pesquisa. Isso tem causado desafios para os estudantes continuarem estudando, pois precisam percorrer longos trajetos até outra escola, e provocado a desistência de muitos jovens em estudar.

Para a construção dessa discussão a pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, seguindo os passos da pesquisa participante, visto que esta pesquisa nasce das angustias das professoras mediadoras e da pesquisadora. Para a geração dos resultados foram utilizadas a entrevista semiestruturada, o diário de campo e a análise documental. A pesquisa em questão foi desenvolvida em uma escola do Meio Rural, localizada em uma comunidade do município de Serra do Ramalho/BA, tendo como participantes 14 alunos do EMITec, a direção escolar, as três professoras mediadoras e cinco pessoas da comunidade.

Fechamento do EMITec: novos desafios à juventude campesina

A educação para o meio rural ainda é um espaço de disputas no que concerne à criação, efetivação e manutenção de políticas públicas que garantam um processo educacional de qualidade para o povo campesino e também que possibilite aos sujeitos que residem nesse espaço uma vida digna e com acesso a serviços como saúde, transporte, lazer, dentre outros. Embora possamos apontar avanços como a criação de Diretrizes Educacionais, compra da merenda escolar, alguns cursos de formação para educadores do campo, ainda vivenciamos situações que exigem maior atuação dos governos no que concerne ao desenvolvimento rural e dos sujeitos que constituem esse espaço. Há a necessidade de escolas com infraestrutura adequada às diversas atividades pedagógicas e profissionais habilitados para atuar junto às pessoas desse espaço.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 assegura o direito de educação a todos, inclusive o povo do campo, como previsto no art. 28, onde dispõe que “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, [...], (BRASIL, 1996)”. Entretanto, notamos que esse direito não está sendo garantido pela esfera política, pois na última década o fechamento/nucleação de escolas tem atingido as comunidades rurais de maneira drástica e vem contribuindo para o aumento do analfabetismo e desistência de muitos estudantes que residem no meio rural. Esse fenômeno pode ser analisado sob dois aspectos: do ponto de vista dos gastos de recursos com a oferta e manutenção de escolas no campo, e do ponto de vista da educação como elemento de emancipação e transformação humana. Dessa forma, entendemos que o poder público não considera lucrativo construir escolas no meio rural e nem seguro, para a manutenção do status de dominação sobre o povo campesino, oferecer uma educação de qualidade aos sujeitos desse espaço.

Identificamos, então, a omissão do Estado na oferta e manutenção das escolas campesinas, como aponta o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo - GPTE - instituído pelo Ministério da Educação em 03/06/2003, reconhece as históricas omissões do Estado neste setor ao detectar que

O Estado brasileiro omitiu-se: (1) na formulação de diretrizes políticas e

pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola do campo deveria funcionar e se organizar; (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola com qualidade em todos os níveis de ensino; (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo (BRASIL, 2005, p.7).

A ausência da institucionalização de estratégias educacionais para o meio rural tem privado a população campestre de ter acesso a escolas e a uma educação de qualidade. Geralmente as escolas do meio rural possuem um currículo pautado na discussão dos direitos básicos relacionados à cidadania e restritos aos limites geográficos e culturais do meio urbano, fortalecendo a negação do campo como espaço social e de constituição de identidades e sujeitos de direitos sociais. O GPTE (2005) reforça essa ideia ao afirmar que

A concepção de que o meio rural é um espaço de atraso foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com o surgimento de um discurso modernizador e urbanizador, que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural. Segundo a ideologia da modernização, “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida” (BRASIL, 2005, p.8).

Nessa perspectiva a educação campestre tem sido destituída de sua identidade e marcada por políticas compensatórias, que não possuem uma filosofia ou política específica para a formação das comunidades rurais. Nesse contexto, percebemos um desmonte nas políticas públicas direcionadas para o meio campestre.

No que diz respeito ao recorte dessa pesquisa, o desmonte das políticas públicas educacionais: o caso do fechamento do EMITec em uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho, observamos que a reformulação da política sem ouvir os sujeitos do campo contribuiu para o fechamento do programa na Comunidade Flor do Oeste^[1]. Esse fato, de acordo com a Coordenadora Geral (2019) do programa, aconteceu devido à política partidária existente no município, que tem imposto grandes desafios aos alunos da comunidade. Por outro lado, quando indagadas sobre a justificativa oficial para o fechamento do EMITec, a Professora Mediadora 1 respondeu que não há uma resposta objetiva sobre a questão para a comunidade e para os alunos. Ela afirmou que

O encarregado pelo EMITec no município falou que quem fechou o programa foi a Secretaria de Educação do município de Serra do Ramalho, alegando que estava tendo muito gasto com o transporte escolar. Entretanto, ao invés de economizar, como a gente constatou depois, aumentaram os gastos, pois surgiu mais uma rota nos transportes. A secretaria do município fala que foi o Estado que quis fechar pela quantidade de alunos, porém o Estado criou o EMITec para levar aula de qualidade para comunidades de difícil acesso independente da quantidade de alunos nas turmas. Inclusive teve uma época que eu segurei uma única aluna para não fechar a turma. Mas, ficou esse impasse entre a Secretaria de Educação do município e o Estado e nenhuma resposta clara para a gente.

Dessa forma, a comunidade não recebeu uma justificativa a respeito dos fatores que levaram ao fechamento do EMITec; não houve comunicados prévios ou reuniões com os estudantes e as professoras mediadoras para dialogarem sobre a questão. Sobre as rotas do transporte escolar é preciso explicar que como a comunidade em questão é extensa, havia dois carros que traziam os alunos até a escola, mas com o fechamento do programa foi preciso

contratar outro carro, para levar os alunos da escola onde estudavam para a nova escola na comunidade vizinha. Para os participantes da entrevista, o fechamento do EMITec tem afetado de maneira negativa os alunos do programa. A esse respeito eles colocaram que

O prejuízo foi grande, antes eu não tinha preocupação com meu filho porque ele estava aqui pertinho. (Moradora 3).

O fechamento do EMITec aqui ficou ruim porque os alunos têm que ir estudar em outro lugar. E tem gente que não pode ir para outra escola e teve que desistir de estudar. (Aluno 5).

Percebemos que embora o EMITec apresente algumas falhas no processo de construção e execução da sua proposta, no que diz respeito às especificidades socioculturais da juventude campesina, o programa se constitui uma alternativa para a conclusão da educação básica e continuidade dos estudos. Nesse contexto, retomamos a ideia de que a educação, situada na esfera do estado de direitos, configura-se como uma ação viabilizadora da formação emancipatória e cidadã dos sujeitos que vivem do campo e constituem esse espaço, assim como, possibilita o desenvolvimento sustentável local. Levando-se em conta que a educação é um direito social, como está posto na Constituição Federal de 1988, a construção de uma política de Educação do Campo precisa garantir que os seus sujeitos tenham a oportunidade de estudar em seu local de vivências, sem deslocar-se para outras comunidades ou para a cidade. Assim, com relação ao fechamento do EMITec os entrevistados afirmaram que se constitui um desafio, pois

Com o fechamento da escola à noite ficou muito ruim para os meus filhos e para mim. Eles têm que pegar dois transportes para chegar até a outra escola e como as estradas são ruins eles chegam em casa muito tarde e muito cansados. Meu filho não queria ir para a outra escola, até chorou, mas não pode ficar sem estudar. Não gosto muito dessas aulas pela televisão, os meninos dizem que é cansativo, mas era melhor quando tinha porque não precisava que os alunos fossem para outra escola tão longe, (Morador 3).

Para cursar uma faculdade eles precisam terminar o Ensino Médio e com o EMITec aqui ficava mais fácil concluir. Como meu filho trabalha o dia todo não dá para ir para a cidade, (Moradora 2).

O programa oportunizou aos alunos continuar seus estudos sem sair da sua própria comunidade, uma vez que para cursar o Ensino Médio muitos tiveram que se deslocar pra outro município, os que não tinham essa escolha acabava desistindo dos estudos. (Diretora).

A entrevista reforça que os prejuízos vão além do deslocamento para outra comunidade ou do longo trajeto, mas aponta que com o fim do programa na sua comunidade muitos alunos deixaram de estudar, principalmente as alunas casadas. Em sua fala fica claro que o EMITec se constituía uma alternativa para preparar os alunos para cursar uma faculdade. O programa EMITec, ao adotar uma proposta generalizada e currículo padrão, está na contramão da formação emancipatória do jovem campesino. E embora seja a única alternativa dos jovens do campo de cursar o Ensino Médio, esta se constitui em uma estratégia que carece de reformulação, uma vez que não está em consonância com a política de Educação do Campo e com as reivindicações dos movimentos sociais.

Considerações

Os resultados da pesquisa revelaram que, no que diz respeito à juventude do campo,

observa-se que as políticas públicas ainda são um assunto pouco discutido e que não chega a muitas comunidades; marcada por influências diversas essas políticas ainda carecem de maior atenção do poder público quanto à sua efetivação e garantia de direitos dessa categoria social.

Leite (2002) aponta que aliada à criação das leis é imprescindível a participação da comunidade de maneira incisiva por meio de reivindicações e da pressão pela efetivação do que está posto na lei. Sendo importante a sociedade conhecer quem realmente é o povo do campo, uma vez que o que a maioria das pessoas sabem a respeito desse povo se restringe ao que as feiras agropecuárias mostram e o que transmitem as letras de músicas sertanejas. Assim, o distanciamento e invisibilização dos sujeitos do campo dificulta a definição de estratégias de ações que contribuam de fato com o desenvolvimento desse espaço.

No setor educacional observa-se que a criação do EMITec denuncia a necessidade de investimento em infraestrutura das escolas do campo, capacitação dos professores mediadores e elaboração de uma proposta condizente com as especificidades de cada comunidade. Isso com vistas à valorização e emancipação política da juventude desse espaço. Assim, o programa não dialoga com as políticas de Educação do Campo reivindicadas pelos movimentos sociais. Vale ressaltar que as considerações apresentadas não visam depreciar o programa, mas discutir que a iniciativa governamental, embora seja válida, carece de ponderações e de reorganização curricular com a participação da comunidade e que leve em conta as expectativas de futuro dos jovens.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LEI nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação – **Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo**. Referência para uma política nacional de Educação do Campo. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. – 2ª ed. – São Paulo, Cortez, 2002.

[1] Nome fictício.